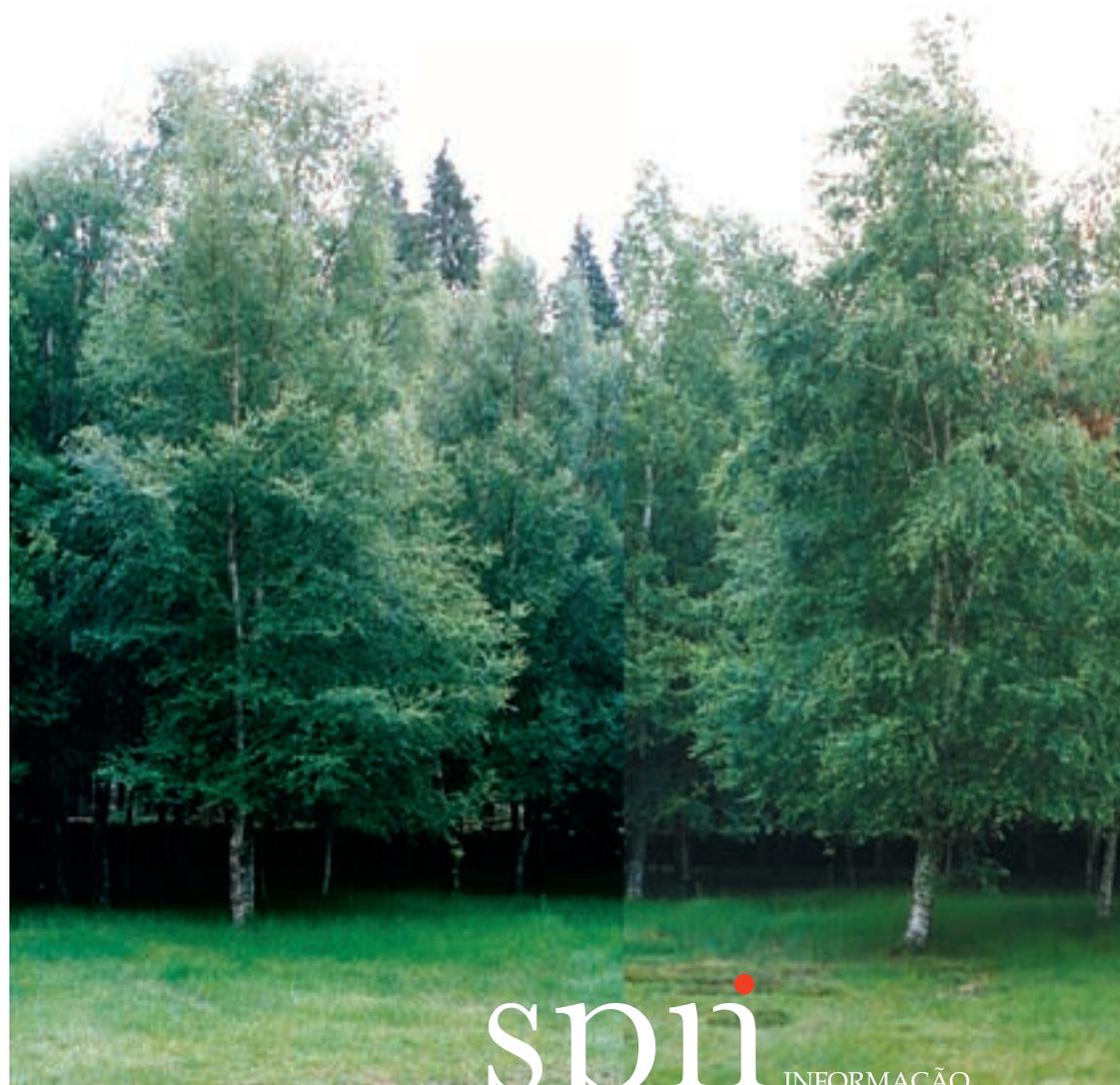


spn 19822007
força e vontade dos professores



spn INFORMAÇÃO



Porquê avaliar na Educação de Infância?

A avaliação é “uma questão complexa em permanente discussão e geradora de muitas tensões (...) é um elemento integrante e regulador das práticas pedagógicas.” (Abrantes, P., 2001).

Na Educação de Infância, dadas as suas especificidades, a avaliação adopta uma dimensão marcadamente educativa, pois trata-se, essencialmente, de um processo contínuo e esclarecedor que se interessa mais pelos procedimentos do que pelos resultados. A sua finalidade básica é servir “para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planear se é preciso intervir ou modificar determinadas situações” (Bassedas, Huguet & Sole, 2003).

A questão da avaliação na Educação de Infância tem vindo a ser debatida ao longo dos tempos com intensidades diferentes, não fazendo parte das convicções dos educadores (Zabalza, 2000). Nos últimos anos, contudo, começou a constituir uma preocupação destes docentes, também como uma necessidade de dar resposta à tutela, que tem vindo a propor, e em alguns casos a impor, a necessidade da avaliação das crianças em idade pré-escolar.

Convém referir, porém, que na Educação de Infância não são adequadas as práticas e formas avaliativas tradicionalmente utilizadas nos outros níveis de ensino. Aos educadores de infância colocou-se, pois, mais um desafio: construir um sistema de avaliação compreensivo, capaz de ter em conta a criança e de esclarecer o objectivo da avaliação, assim como a variedade de procedimentos que se podem utilizar. A avaliação na Educação de Infância exige que os docentes a compreendam como componente do processo educacional e que disponham de tempo para levar a cabo os diversos procedimentos necessários, não se limitando a coligir, mas também interpretando e analisando a informação.

Outra das questões que estes docentes colocam é quem deve ter acesso à informação. Não podendo esquecer que a avaliação é realizada tendo como principal objectivo o benefício da criança, o educador terá que decidir sobre a natureza e pertinência das informações que deve facultar aos pais, docentes do 1º Ciclo e outros profissionais.



ISTO É

Quando avaliam as crianças, os educadores de infância devem estar conscientes das tarefas da avaliação, ter a capacidade e os instrumentos para obter a informação relevante e ser portadores de competências para analisar e interpretar toda a informação obtida.

O educador pode transmitir essa informação descrevendo de uma forma simples e sucinta os progressos, assim como as áreas menos fortes da criança, acompanhada de amostras de trabalhos e ocorrências significativas que documentem o processo educativo. Sempre que necessário, o educador deve explicitar a metodologia e os instrumentos de avaliação que utiliza e assumir a responsabilidade da mesma, alicerçando-a em informação consistente.

Sempre considerei ser importante que a avaliação fosse praticada na Educação de Infância, porque só avaliando as práticas e o desenvolvimento das crianças poderemos ter uma educação de qualidade. No entanto, agora que o Ministério da Educação coloca esta questão na ordem do dia, através da circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, não posso deixar de chamar a atenção para a injustiça de que a Educação de Infância é alvo, pelo facto de a terem discriminado com um calendário escolar diferente dos outros graus de ensino.

Venha a avaliação e, com ela, reponha-se o calendário escolar que vigorava! Tanto mais que a especificidade da avaliação na Educação de Infância o exige. ▶

Ondina Maia,

*Agrupamento de Escolas
de Paços de Brandão*

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

A luta, necessariamente

O que terá levado a FESAP (Frente Sindical da Administração Pública) e o STE (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado) a associarem-se à Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e, em conjunto, convocarem uma greve geral do sector para 30 de Novembro?

O que terá levado Alfredo Barroso, representando o Partido Socialista, e Nuno Melo (CDS/PP) a estarem de acordo quanto à compreensão dos motivos para se realizar essa greve, como aconteceu num noticiário televisivo no dia que antecedeu a jornada de luta?

O que tem levado a um crescendo de vozes descontentes – ainda que não tantas quanto a coerência política exigiria – que aparecem a público, vindas de dentro do partido que suporta o Governo?

A resposta só pode ser uma: José Sócrates e toda a máquina partidária que o envolve já foram longe demais!

O espírito reformista, invocado desde o início desta legislatura, cada vez mais se evidencia como um eufemismo político para ocultar toda uma estratégia de ataque a direitos fundamentais dos trabalhadores, de reforço de uma via de privatização de sectores públicos decisivos para uma sociedade de bem-estar dos cidadãos e de uma lógica de crescimento, até níveis insuportáveis, da acumulação do capital nas mãos de uns poucos, por antagonismo com um crescimento acelerado dos níveis de pobreza da população, de que o desemprego, a precariedade, as baixas qualificações e os baixos salários são índices alarmantes.

Assim vai um país que é governado, ainda que de forma cada vez menos maioritária, por um partido que tem a ousadia e a desfaçatez de continuar a chamar-se socialista, quando, de há muito, nem social democrata é.

Peculiaridades dos portugueses, dirão alguns; de um povo de brandos costumes, dirão outros; de um povo que ou consegue indignar-se de verdade perante as injustiças, ou está condenado a definhar como povo, direi eu, usando o privilégio de escrever estes editoriais enquanto coordenador de um sindicato que acaba de celebrar 25 anos de intensa actividade – com os professores sempre, mas também sempre pela Educação.

Um sindicato que juntou a sua voz ao imenso protesto que os trabalhadores da Administração Pública decidiram realizar no dia 30 de Novembro, que soube interpretar o caudaloso descontentamento que grassa na classe docente e que reafirma, pela sua acção quotidiana, que nunca pactuará com aqueles que querem edificar sociedades cada vez mais desiguais, mais injustas e que não sejam capazes de respeitar o valor central, e imorredouro, do trabalho – do trabalho com direitos, do trabalho dignificado, do trabalho entendido como fulcro da vida em sociedade, como pilar principal da verdadeira democracia.

Também por isso, não há democracia sem sindicatos – reafirmámo-lo, de forma tão convicta e consistente que os Sócrates, as Rodrigues, os Lemos, os Pedreiras e afins, e todos os papagaios que os servem em lugares estratégicos da comunicação social, não poderão ignorar. Pelo contrário, terão de aprender que entre os baluartes da vida democrática, gostem ou não, estarão sempre os sindicatos. ▶

Abel Macedo,

Coordenador do SPN



Henrique Borges



Milhares de escolas encerradas, agrupamentos com todos os estabelecimentos fechados, centenas de milhar de alunos sem aulas – se contabilizados os que não tiveram todas as aulas, mais de um milhão foram afectados. Esta situação verificou-se de Norte a Sul e nas regiões autónomas, pelo que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) considera que a greve de 30 de Novembro foi uma das maiores de sempre realizadas pelos professores no âmbito da Administração Pública.

A greve de 30 de Novembro foi um dos maiores protestos de sempre contra as políticas para a Administração Pública, designadamente contra as medidas que o Governo tem vindo a impor aos trabalhadores – no imediato, relacionadas com uma revisão salarial que desvalorizará de novo os salários, a redução das pensões de aposentação e a aplicação da mobilidade especial (supranumerários) – e a postura anti-negocial que tem revelado em todos os processos que deveriam ser negociais. Apesar das dificuldades em obter dados, devido ao encerramento das escolas, os números apurados pela Fenprof traduzem uma significativa subida das taxas de adesão. Para lá das escolas encerradas, muitas registaram níveis superiores a 80%, e mesmo nas que apresentaram valores inferiores, a tendência foi para o aumento da adesão, chegando a triplicar relativamente à anterior greve realizada.

Greve geral da Administração Pública

Mais uma expressiva paralisação nas escolas

Esta forte reacção dos educadores e professores não surpreendeu, antes confirmou a existência de um profundo descontentamento face às políticas educativas que têm vindo a ser levadas a cabo e às consequências, já muito visíveis, da aplicação do Estatuto da Carreira Docente imposto pelo Governo. Nas reuniões previamente realizadas nas escolas, o descontentamento que a adesão à greve confirmaria era já perceptível. Espera-se, agora, que o Governo, particularmente a equipa de Lurdes Rodrigues, entenda de uma vez por todas qual o sentimento dos educadores/professores e altere o rumo das suas políticas.

Cursos profissionais e CEF

Em todo o país, a excepção à regra da forte adesão parece ter-se verificado nas aulas dos cursos profissionais e de educação e formação (CEF), na medida em que o ME fez saber, através das direcções regionais, que os professores que fizessem greve teriam de repor as aulas noutro dia – assunto que mereceu já um enérgico protesto da Fenprof, pois configura um claro atropelo do direito à greve. A Federação entende que, caso esses professores venham a “compensar” o dia 30 de Novembro em data posterior, esse serviço deverá ser considerado e remunerado como extraordinário. Se tal não se verificar, a Fenprof apoiará todos os interessados que pretendam recorrer do facto. Entretanto, irá suscitar a apreciação da questão pela Comissão de Trabalho da Assembleia da República. ▶

Fortes razões motivaram uma grande greve

Convocada pelas três estruturas sindicais dos trabalhadores da Função Pública, a greve de 30 de Novembro constituiu um protesto contra o aumento de 2,1% determinado unilateralmente pelo Governo para a actualização dos salários em 2008, contra a redução das pensões de aposentação, pelo direito a emprego com direitos e pela manutenção do vínculo de nomeação definitiva, contra a imposição da mobilidade especial a milhares de trabalhadores e por horários adequados às exigências profissionais.

Os educadores e professores participaram neste protesto também por uma avaliação do desempenho justa e que valorize a função docente, contra a fractura da carreira, pelo reconhecimento da formação contínua como um direito e, ainda, pelo reconhecimento da importância dos sindicatos e pelo respeito pela actividade sindical.

No Orçamento de Estado para 2007, vinha o limite de aumentos das pensões nas seis retribuições mínimas mensais garantidas, vulgo salário mínimo, o que deixou sem aumento todos os professores que se aposentaram no 10º escalão.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tomou imediata posição contra esta medida lesiva dos direitos dos professores e, no passado dia 2 de Agosto, foi entregar ao primeiro-ministro um abaixo-assinado subscrito por milhares de professores aposentados, deixando bem claras as razões do seu descontentamento. O assessor que recebeu os professores compreendeu que se trata de uma profissão de alto desgaste, que por isso não se pode estar de acordo com estas regras genéricas de aposentação e, muito menos, que a falta de actualização aumente o fosso entre professores aposentados e no activo.

Os professores têm boa memória e lembram-se muito bem das pensões degradadas que obrigaram a Assembleia da República a votar por unanimidade a Lei 39/99 (indexação das pensões aos vencimentos no activo) e estão dispostos a encetar nova luta.

A proposta de aumentos para 2008 é ainda pior do que a de 2007. Além de deixar de fora todos os professores do 10º escalão, e agora tendo por limite seis IAS (indexantes de apoios sociais) que são mais baixos do que o salário mínimo, todos os outros professores também têm uma proposta de aumento diminuído em 0,75%.

Esta proposta é inaceitável, porque além de degradar as pensões não repõe o poder de compra. Os professores aposentados sentem-se os enjeitados da classe e não estão dispostos a continuar nesta situação – o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) exorta todos os aposentados a manterem-se unidos no seu sindicato e a lutarem pelos seus direitos.

Educadores e professores aposentados

Enjeitados e explorados



JOSÉ PAULO OLIVEIRA



HENRIQUE BORGES

Descontos para a CGA e a ADSE

Em 2007, os professores aposentados passaram a descontar para a ADSE – Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Em Março, a Caixa Geral de Aposentações (CGA) avisou-os que tinham de pagar 1%, e que já deviam Janeiro e Fevereiro. Simpaticamente, e para não sobrecarregarem muito o mês de Abril, informaram que os retroactivos iriam ser descontados em Julho e Novembro, ou seja, nos subsídios de férias e Natal. Tudo estava certo, e assim se processou em Julho. Agora, os educadores e professores aposentados receberam uma carta da CGA, informando-os – sem nenhuma explicação de ordem legal – que nos subsídios seria também descontada a taxa para a ADSE.

Trata-se de uma medida discriminatória, porque a mais ninguém é feito este desconto, e de uma tentativa de explorar um grupo que julgam ter pouco poder reivindicativo. Se precisam de sanear as Finanças, façam-no de maneira correcta, e não à custa das pessoas com mais idade.

Mas a idade e a situação profissional não nos tiram o poder reivindicativo; estaremos atentos e lutaremos unidos num sindicato que nos defende. Nesta perspectiva, todos os educadores/professores aposentados devem estar atentos e contactar o SPN para prosseguirem a luta. ▀

Teresa Maia Mendes,

Mesa da Assembleia-Geral do SPN

No dia 14 de Novembro, realizou-se na sede do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) uma reunião de contratados e desempregados. Foram analisadas as alterações emanadas do Ministério da Educação e as suas implicações na vida profissional (e pessoal) destes docentes.

No contexto actual, em que, ano após ano, diminui o número de professores contratados pelo Ministério da Educação e se recorre a formas de contratação cada vez mais precárias, a participação destes educadores e professores espelhou o seu desagrado e desencanto pelas políticas deste Governo, que tem vindo a destruir as expectativas por eles criadas aquando da sua escolha profissional.

O início deste ano escolar ficou marcado, com a saída das colocações, pelo lançamento de mais de 40 mil docentes no desemprego, acentuando uma tendência de aumento que tem vindo a verificar-se desde há vários anos. A diminuição drástica de horários solicitados pelas escolas à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), decorrente da aplicação do novo Estatuto da Carreira, e de que resultaram o aumento da carga lectiva dos professores nas escolas, o aumento ilegal do horário de trabalho e a supressão de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, teve, ainda, como corolário a colocação de milhares de professores no desemprego.

Desempregados e contratados: precariedade agravada

Contrariamente às afirmações do secretário de Estado Adjunto da Educação – “a maioria dos candidatos não são professores, mas jovens recém-licenciados à procura do primeiro emprego” –, verifica-se que dos 47.977 candidatos, cerca de 20.500 são docentes que em 2006/07 celebraram contrato.

Ingresso na carreira e avaliação

De momento, aguarda publicação a regulamentação da prova de ingresso na profissão docente.

A tentativa do Governo de camuflar a verdadeira expressão do desemprego docente irá remeter os jovens professores profissionalizados para a obrigatoriedade de uma prova de ingresso na profissão. A qualidade dos cursos de docência homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é, assim, posta em causa, uma vez que se pretende validá-los através da realização de 2 ou 3 exames. Por outro lado, a sujeição destes professores ao novo regime de avaliação irá implicar, em alguns casos, a perda de tempo de serviço para progressão na carreira, atrasando cada vez mais, ou impedindo, as suas perspectivas de algum dia conseguirem chegar ao topo da carreira.

Face à indignação manifestada, foi decidido formar uma Comissão de Contratados e Desempregados, que, ao longo do ano, irá trabalhar com o SPN e com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) no sentido de cimentar pontes com os jovens professores, mobilizando-os para a necessidade de combater e contrariar estas políticas.

Mudar de rumo

Entretanto, continuaremos a lutar por uma Escola Pública de qualidade; uma Escola inclusiva que promova efectivamente o sucesso de todos. Para isso, propomos medidas de ruptura com as lógicas administrativas da organização escolar de hoje, pugnando por uma autonomia baseada em critérios de natureza pedagógica. Para esta Escola ser possível, são necessárias medidas urgentes, designadamente: diminuição do número de alunos por turma e do número de turmas/níveis por professor; apoio às escolas em projectos de combate ao insucesso e ao abandono escolares; criação de condições para o exercício de cargos; estabilidade de emprego; alargamento da rede pública de jardins-de-infância; plano nacional de combate ao analfabetismo; aposta efectiva no aumento das qualificações académicas e profissionais da população; apoio a todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Por tudo isto, as escolas necessitam de mais professores – e não de visões economicistas que submetam a qualidade do serviço público de educação às estratégias de combate ao défice. ▀

Salomé Conde,
Área Sindical do Porto



HENRIQUE BORGES

Em Abril, o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, uma proposta de alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário. As alterações propostas à Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro, estão orientadas, de acordo com o Ministério da Educação (ME), pelos seguintes princípios:

- distinção clara entre medidas correctivas e preventivas e medidas sancionatórias;
- reforço da autoridade dos professores e das escolas;
- simplificação dos procedimentos burocráticos;
- reforço da responsabilidade dos pais e encarregados de educação, com o objectivo de reforçar a autoridade disciplinar dos professores e das direcções das escolas.

Sobre este assunto, em 25 de Junho, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) emitiu um parecer onde chamava a atenção para a importância de “mais do que ver reflectida a opinião de uma maioria política na Assembleia da República, importava obter dos parlamentares e de todos os parceiros educativos uma harmonia significativa e substantiva de consensos e de conteúdos” e que incluía um documento aprovado no seu 9º Congresso, intitulado “12 Medidas pela Não-Violência e Convivência Escolares”.

O parecer da Fenprof parecia antever o que, de facto, veio a suceder: a maioria socialista aprovou, com os votos contra de toda a oposição, o novo Estatuto do Aluno, dando início a uma espécie de novela que ficou conhecida como a “saga do artigo 22º”, cujo final ainda é desconhecido das escolas e dos professores. O artigo em causa, que teve várias versões, diz respeito às faltas dos alunos e seus efeitos.

Aprovado o novo Estatuto do Aluno

PS teima em governar contra tudo e contra todos



JOSÉ PAULO OLIVEIRA

Política em vez de pedagogia

Toda a gente opinou. Sim, que em educação todos são “especialistas”; povo escolarizado, todos, ou quase, passamos pela escola, logo todos temos opinião. Coisa que nem no futebol acontece – há quem não goste e, entre os que gostam, quem nunca tenha ido à bola.

Se a isto acrescentarmos as “pressões”, confirmadas ou não, do Presidente da República e do primeiro-ministro, facilmente passamos do domínio da pedagogia para o da política, perdendo-se, assim, o sentido daquilo que verdadeiramente está em causa.

Pode a ministra da Educação pretender fazer esquecer o facto de “ter perdido os professores”, como a própria afirmou, e apresentar como um dos propósitos desta alteração ao Estatuto do Aluno, o “reforço da autoridade dos professores e das escolas”. Como escreveram Ariana Cosme e Rui Trindade («a Página da Educação», Fevereiro/1998), “seria mais avisado e útil definir um código de princípios que balizasse as possibilidades e os limites da intervenção das escolas, deixando para estas a responsabilidade de, nos seus regulamentos internos, assumirem a iniciativa pela construção dos seus projectos educativos”.

A verdade é que, de facto, este Governo perdeu os professores e está a perder a população. Não é pressionando os docentes e responsabilizando as escolas pelo insucesso e pelo abandono escolares que teremos melhor educação – uma Escola melhor depende de uma grande diversidade de factores.

Alguns dependem, certamente, dos professores (e da forma como as escolas se organizam). Mas, para isso, é necessário confiar neles, é necessário ouvi-los e valorizá-los, pondo de parte políticas de desconfiança e respeitando o direito de todos a uma carreira digna e valorizada, sem entraves administrativos baseados numa política economicista que encara a educação como despesa e não como um investimento. ▶

Henrique Borges,

Direcção do SPN

sppn
25
anos

sindicato
dos professores
do norte

1982**2007**



COM OS

PROFESSORES
PELA EDUCAÇÃO



JR

Vinte e cinco... 25 anos de um caminho percorrido palmo a palmo, feito de adversidades, mas também de momentos exaltantes – etapas de uma história que se faz todos os dias. A passagem de um quarto de século na vida do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) faz-nos meditar sobre a inexorável passagem do tempo na nossa própria vida, nas marcas que ele deixou em cada um de nós, nos pedaços de vida que cada um de nós investiu na construção quotidiana do nosso Sindicato.

Muitos dos que estiveram connosco no arranque inicial já não estão entre nós, tendo deixado uma imensa saudade e as memórias da caminhada que juntos fizemos para erguer o projecto do SPN. Outros, continuam ao nosso lado, alguns já aposentados, a afirmar a sua presença vigilante e activa no combate de sempre, mas cada vez mais actual, pela dignidade da profissão.

Por convicção claramente assumida e pelo contexto difícil de que partimos, faz parte da nossa matriz fundadora a assunção de uma postura de abertura, de integração de diferentes sensibilidades, de afirmação de um projecto sindical permanentemente renovado, mas que mantém indeléveis as marcas de um sindicalismo reivindicativo e de espectro amplo, que não se conforma com a ideia de que estamos destinados à fatalidade de uma sociedade injusta e que, por isso, pugna por uma sociedade outra, mais justa e mais solidária.

SPN, 1982-2007: a força e a vontade dos professores do Norte

A memória é quase sempre selectiva. Mas na passagem deste aniversário, importa (re)lembrar o que nos trouxe aqui. Há 25 anos, um grupo de professores e educadores propôs-se meter ombros à gigantesca tarefa de erguer um sindicato que rompesse com uma situação pantanosa de estagnação, apatia e conformismo, lançando as bases de uma organização sindical forte, combativa e propositiva, a todo o momento disponível para reflectir e debater as pequenas e grandes questões que se têm vindo a colocar à Escola e à profissão.

Ao fazê-lo, traçou também uma fronteira clara de recusa de um sindicalismo conformista e conformado, desligado da realidade do dia-a-dia das escolas e dos professores, incapaz de romper com a teia que os sucessivos poderes vão tecendo para controlar uma classe que, como nenhuma, dá rosto ao futuro do país que somos.



ANA ALVIM

Dificuldades crescentes

Vivemos tempos difíceis.

Os professores têm vindo a ser alvo de uma campanha sem precedentes, que, nestes últimos dois anos, lhes fez colar a imagem da incompetência, do desinteresse pelo sucesso dos alunos, de preocupações eminentemente corporativas pela defesa de eventuais privilégios e regalias. Este cenário, pintado de cores carregadas para fazer passar medidas que têm vindo a lesar direitos profissionais e a frustrar legítimas expectativas, abriu caminho ao aprofundamento da desqualificação da profissão, ao desânimo, à descrença, ao extremo cansaço que, nesta altura do ano, já se apoderou dos professores.

Como se não bastasse, o actual Governo tem tentado, embora sem o conseguir, cavar a divisão entre os docentes e os sindicatos, colocando dificuldades crescentes ao exercício da actividade sindical, reduzindo a negociação a um mero simulacro, revelando incompreensão pelo papel imprescindível das organizações sindicais numa sociedade verdadeiramente democrática.

Continuar no mesmo rumo

É este o contexto em que o SPN celebra o 25º aniversário. Mais do que proferir profissões de fé e declarações solenes, fica a convicção de que o Sindicato continuará a estar à altura das suas responsabilidades, enquanto organização que, desde a fundação, incorporou o desejo de ser e representar *a força e a vontade dos professores do Norte*.

O caminho que nos trouxe até aqui não foi isento de dificuldades, nem o será daqui para o futuro. Saibamos, todos nós, estar à altura da história do SPN, para em unidade podermos dizer que *este é o primeiro dia do resto das nossas vidas*.

Por mais 25 e muitos outros anos que se lhes seguirão! ▶

Adriano Teixeira de Sousa,

Direcção do SPN



Uma força de confiança

A minha ligação ao Sindicato vem exactamente desde antes da fundação... Eu era dirigente do SPZN e convenci-me, como muitos outros professores, que era preciso fazer alguma coisa. Para *folclore* não valia a pena estar ali. Não havia razão nenhuma para continuar! ¶ Muitos professores tinham, então, a convicção de que era preciso um sindicato dinâmico e representativo. E foi assim que, há 25 anos, nasceu o Sindicato dos Professores do Norte. Fiz parte da comissão que o lançou. ¶ Realizaram-se várias reuniões de professores, incluindo o célebre plenário do Rodrigues de Freitas, no Porto. Só me apercebi da envergadura e da importância dessa reunião, quando, por momentos, tive que vir cá fora e constatei que tínhamos milhares de professores

presentes – umas largas centenas dentro do recinto e outras tantas lá fora. Tínhamos os educadores e os professores connosco, tínhamos mesmo que avançar para um sindicato representativo. E avançámos. ¶ A princípio, naturalmente, tivemos dificuldades, porque estávamos a começar do nada, em termos de estrutura. Fizemos de tudo, nessa fase de arranque: desde as etiquetas para as cartas e colar os selos (que se ficavam a dever na papelaria) até pagarmos nós próprios a renda da casa onde primeiro se instalaram os serviços – claro que o Sindicato não ficou a dever-nos nada, mas, nessa fase, houve a necessidade de dar tudo por tudo para que a organização fosse uma realidade e funcionasse. ¶ A partir daí, fizeram-se eleições e implantou-se o Sindicato. E cá estamos. Já lá vão 25 anos, o que prova que tínhamos razão quando avançámos para a criação do SPN. ¶ O sindicalismo é uma realidade com futuro. Prova-o a situação política e social que vivemos; prova-o a necessidade de apoio que os educadores e professores sentem no seu dia-a-dia – e mesmo quem não está sindicalizado sente essa necessidade. ¶ A vida, incluindo a sindical, é feita de avanços e de recuos. No Norte, SPN quer dizer força de confiança. E muitos educadores e professores dão prova desta realidade. ¶ O sindicalismo faz falta às sociedades e à democracia. A luta contra as injustiças passa por um sindicalismo forte e interveniente. Estamos conscientes disso!

Teresa Maia Mendes, sócia SPN nº 11



Um projecto que continua válido

Escrevo estas linhas para testemunhar uma das fases mais brilhantes do sindicalismo docente. ¶ Em 1982, estávamos nós, professores do Norte, com problemas graves no exercício da profissão e no próprio sistema educativo face à apatia de quem detinha, de modo pouco transparente, as rédeas da acção sindical na zona norte do país. ¶ Inconformados com a situação, criámos um movimento que rapidamente alastrou por muitas escolas. Movimento que se fortaleceu no plenário do dia 15 de Outubro, na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, e culminaria com a criação do Sindicato dos Professores do Norte no mês de Novembro. ¶ Foi um momento inesquecível de combate e de luta por melhores condições de trabalho e por um melhor sistema de

ensino. ¶ Valeu a pena, porque dirigentes e professores aprenderam a lutar por uma Lei de Bases do Sistema Educativo que não desvirtuasse o essencial do espírito do 25 de Abril – convém não esquecer que a primeira LBSE foi aprovada por quase todos os partidos. ¶ Valeu a pena, porque, lutando duramente, conseguimos que o Estatuto da Carreira Docente de 1989 não criasse clivagens artificiais na classe e contemplasse grandemente as nossas reivindicações. ¶ Valeu a pena, porque, olhando para trás, algumas das regalias que os educadores e professores ainda hoje têm são fruto do esforço e da luta do SPN. ¶ Valeu a pena, ainda, porque as propostas iníquas que, hoje, esta equipa ministerial apresenta à classe são vigorosamente combatidas pelos Corpos Gerentes do Sindicato e pelos professores. ¶ Na verdade, os actuais dirigentes são herdeiros e guardiões dos princípios e ideais dos fundadores, empunhando alguns deles a bandeira do SPN desde 1982. ¶ Vale a pena olhar o futuro com esperança. Este projecto sindical continua válido e a Direcção e os outros membros dos Corpos Gerentes saberão continuá-lo com força e determinação.

Felizardo Bouene, sócio SPN nº 20



Chamar e mobilizar os mais jovens

Fui sócia do SPZN durante uns anos. Depois fez-se a separação, e eu, naturalmente, optei pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN), de que sou sócia fundadora. ¶ Fiz parte da primeira Direcção e fui dirigente sindical durante cerca de 10 anos. Tenho a enriquecedora experiência de activista sindical com participação regular em reuniões nas escolas, concretamente na Educação Pré-Escolar, uma experiência muito importante que nunca esquecerei. ¶ Falar com as educadoras, contactar com os problemas reais vividos nas instituições, acompanhar os problemas concretos dos seus trabalhadores, levar essas questões ao Sindicato e construir as respostas necessárias, é uma experiência pessoal e sindical de especial significado, que nos acompanha pela vida fora. Na altura, outra experiência relevante foi o trabalho desenvolvido no apoio aos educadores e professores com funções fora da rede pública do Ministério da Educação, nomeadamente nas autarquias e nas instituições de solidariedade social, um pouco esquecidos nesse tempo. Ainda nos nossos dias, penso que há que reforçar a atenção aos problemas específicos desse conjunto de docentes e de outros profissionais que trabalham nas IPSS e no sector privado e cooperativo. Mas reconheço, sem dúvida, que a acção sindical tem sido decisiva na conquista de situações mais justas para esses sectores. ¶ O SPN faz agora 25 anos. Trabalhou-se muito para construir este património sindical. Continuamos a trabalhar, mas sinto que, na actual situação política, outros desafios se levantam à actividade sindical e em defesa dos trabalhadores. Estou certa de que o SPN saberá encontrar as respostas adequadas nos momentos certos. ¶ O sindicalismo tem futuro e, para isso, há que chamar e mobilizar os profissionais mais jovens.

Maria Rosa Pinheiro, sócia SPN nº 24



Capacidade de trabalho e de intervenção

Vinte e cinco anos depois, confirma-se que era possível construir um Sindicato diferente no Norte. Nestes 25 anos, o SPN revelou capacidades de trabalho e de intervenção, dando força, organização e vida às reivindicações dos professores. Posso dizer que entrei para o sindicalismo em 1976, ainda no tempo do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN). Quando nos apercebemos de que não estávamos ali a fazer nada, decidimos avançar por outro caminho. ¶ Quando estava a fazer o meu doutoramento, na Universidade do Minho, tive oportunidade de colaborar no lançamento do SPN em Braga, envolvendo pessoas que pouca ou nenhuma experiência tinham na área do sindicalismo. Mas todas sentiam a necessidade de erguer esta força, que acabou por se transformar numa organização de prestígio. ¶ No Ensino Superior, a actividade sindical tem características próprias e, tendo em conta a situação laboral que se vive no sector, marcada pela precariedade, há que reforçar a capacidade de lutar e de unir as pessoas contra injustiças como esta. Por exemplo, no Politécnico, uma elevada percentagem dos docentes têm relações profissionais precárias, e no privado há docentes despedidos de um dia para o outro. A acção sindical está atenta a estes graves problemas, para os quais tem alertado a opinião pública e as entidades.

Mário Carvalho, sócio SPN nº 25



Os tempos mudaram...

Há 25 anos, participei activamente na organização da consulta sobre a criação de um novo sindicato, que fosse mesmo a voz e o sentir dos professores do Norte, de que resultou, pela esmagadora participação dos docentes, a fundação do SPN. ¶ Não havia dúvida, este era mesmo o Sindicato democrático, reivindicativo, que apostava na unidade da classe docente e que faltava aos professores do Norte. Pouco tempo depois, com objectivos idênticos, e a participação activa do SPN, é criada a Fenprof, a maior e mais prestigiada federação de professores do país. ¶ Mas os tempos mudaram... Tivemos estas comemorações dos 25 anos com muito baixa participação de dirigentes, delegados e outros sócios; pela primeira vez, se a memória não me falha, não foi dada a palavra ao secretário-geral da Fenprof nem convidado, ou sequer nomeado nas comemorações, o actual presidente do seu Conselho Nacional – Mário David Soares –, apesar de ter sido fundador e coordenador do SPN durante 17 anos e de a memória desse tempo nos encher de orgulho. ¶ Para mim, estes são sinais preocupantes dos novos tempos de confronto no SPN, que nem as palavras de apelo à unidade conseguem disfarçar.

Manuela Silva, sócia nº 613



Valeu a pena!

Tarefa difícil! Escrever sobre os 25 anos do Sindicato não é fácil... ¶ No início não tínhamos sede, funcionávamos na casa dos dirigentes. É verdade, não havia telemóveis – e telefones poucos. Os recados mais urgentes eram transmitidos ao Aguiar, o único que tinha telefone. ¶ Em 84/85, a União de Sindicatos de Bragança emprestou-nos uma sala, minúscula, e utilizávamos o telefone deles para receber chamadas. Até parece impossível, hoje, com tanta tecnologia ao nosso dispor e ainda haver reclamações. ¶ O SPN era conhecido como o “sindicato dos comunistas” ou o “sindicato dos trabalhos manuais”. Era olhado por muitos como algo de perigoso; por vezes, só faltava dizer “comem criancinhas ao pequeno-almoço”... Felizmente, esse tempo vai longe! ¶ Em Novembro de 1985, fizemos as primeiras reuniões concelhias. Fizemos a ronda eu, o João Baldaia e a Rosa do Céu, que infelizmente já não está entre nós. Em Vimioso apareceram duas colegas, e sindicalizaram-se ambas. Que contentes ficámos! Em Miranda só uma, que também se sindicalizou. Em Macedo apareceram várias e sindicalizaram-se 10. Em Bragança, a Teresinha Mina sindicalizou-se – foi uma sorte, porque então alguns perceberam que nem todos eram “perigosos comunistas”. Daí fomos crescendo, e hoje somos o maior sindicato do distrito, respeitado e reconhecido pelos professores e pela sociedade local. Como momentos importantes de luta e conquista, que muito contribuíram para o nosso crescimento, saliento a contagem integral do tempo de serviço; a criação dos QZP; a não obrigatoriedade de concorrer a zona; a regulamentação dos artigos 55 e 56 do antigo ECD; a publicação do decreto-lei 409/89; a abolição da candidatura. ¶ Como vim aqui parar? A convite do Rui Tadeu, que era o responsável pelo distrito. Muitas vezes me arrependi e disse que ia embora, mas, feito o balanço, acho que valeu a pena. ¶ Hoje ainda cá estou, para continuar a lutar por um Sindicato mais interventivo e mais próximo dos professores. Fazendo justiça ao lema “água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”, vamos demonstrar a esta equipa ministerial e à população que temos razão.

Alice Suzano, sócia SPN nº 1.548



Reforçar a importância do SPN

Conheci o SPN logo que comecei a trabalhar. O meu ano de estágio (1990/91) foi muito conturbado em termos político-sindicais (um pouco ainda reflexo de 1989), lutava-se pela carreira com greves às avaliações... ¶ Porém, não foi nesse ano que me sindicalizei, mas apenas em 1993, quando estava colocada na EB3 de Baião e o sindicato ainda funcionava em Barão de S. Cosme e tinha a Casa da Cultura na Rua do Heroísmo. ¶ O Sindicato tem um papel muito importante tanto junto dos professores mais novos como de todos os outros, uma vez que além de elucidar sobre todas as questões que se possam levantar, luta pelos direitos de todos nós. No entanto, esta luta nem sempre tem a resposta pretendida, devido ao imobilismo dos professores. Este Governo pretende enfraquecer os sindicatos, mas os sindicalistas podem contrariar esta intenção exercendo maior actividade sindical nas escolas. Espero que os educadores e os professores entendam a necessidade de reforçar a importância do SPN, que é um dos sindicatos que mais luta pelos nossos direitos e pela dignidade da profissão docente.

Manuela Sequeira, sócia SPN nº 23.199



Aqui aprendi e aprendo

Podia falar na 3ª pessoa, qual Jardel na *flash interview*, mas o SPN faz parte de mim. ¶ Tenho que falar na primeira pessoa. A minha identidade é também formatada pela minha profissão, e esta só faz sentido com uma participação activa no SPN. Costumo dizer que a minha parte irracional é do Benfica, mas começo também a achar que a minha parte emocional é do SPN. ¶ É no SPN que exerço a minha cidadania de forma colectiva e activa. Já passei por outros colectivos, mas nunca me senti a exercer a Democracia como no SPN. Aprendi – aprendo! – sindicalismo e política; aprendi e aprendo Educação no SPN. ¶ O presente sindical (na perspectiva dos sindicatos) tem sido feito de derrotas brutais que colocam quase tudo em causa, mas a persistência e a força de tanta gente não me deixam outra alternativa: é possível lutar por uma profissão melhor, por uma Escola e por uma Educação de excelência para todos, por um país e um mundo muito melhor. Abel, Adriano, João, Zé Paulo, Manela, Zé Manel – e todos os outros que hoje são o rosto do SPN: convosco, nós vamos conseguir! ¶ Obrigado pelo que fizeram, fazem... e certamente farão nos próximos 25 anos!

João Paulo Silva, sócio SPN nº 25.149

P.S. Já combinei com o Paulo Sucena ir buscá-lo a Campanhã no nosso 50º aniversário!



Sindicato solidário, interveniente e combativo

Não estive na fundação do SPN, mas há 18 anos percebi que o meu lugar era, sem dúvida, no novo sindicato, solidário, interveniente e combativo, que defendia para a Educação e para os professores o mesmo que eu defendia. Desde essa altura faço parte da Direcção, porque, como a maioria dos professores do Norte, acredito e acredito no projecto do SPN. ¶ Até agora nunca nenhum professor deixou de ser ouvido: ao longo dos anos, sócios ou não sócios procuram-nos, solicitando apoio na correcção de injustiças, na defesa dos seus direitos e na resolução de problemas profissionais. Porque confiam no SPN, continuam a acreditar num futuro melhor para a Educação.

Maria Fernanda Vasconcelos, sócia SPN nº 19.431



Sindicalismo de porta aberta

Terminado o extenuante estágio pedagógico integrado (e à data remunerado!), inicie a minha jornada de ansiedade: os concursos. No ano lectivo 1996/97 não havia internet que nos valesse, e as colocações eram conhecidas “no sindicato”... Professora profissionalizada no 3ºCiclo/Secundário e colocada numa escola preparatória?! Socorro!!! Enganei-me em qualquer coisa!!! ¶ Sem perguntar pelo nº de sócio, alguém me explicou que era uma escola que tinha o 3º Ciclo pela primeira vez. Era uma escola “modelo”... Sindicalizei-me no SPN na primeira reunião sindical! ¶ Foi lá que comecei a entender que ser professor não é simplesmente ser profissionalizado para a docência; é participar de forma empenhada no debate das questões educativas, é contribuir de alguma forma para a construção de um grupo profissional forte e com uma identidade. Foi lá que conheci vários dos actuais dirigentes. Foi também

lá que comecei a comunicar a outros esta experiência – fui delegada sindical durante cerca de 10 anos. ¶ Sou uma jovem dirigente que aceitou o desafio lançado pela actual Direcção. Uma experiência que tenho vivido de forma intensa, em que o que aprendi é muito mais do que o que pude dar, onde pude fazer parte de um projecto com força e com vontade de mudar. Num tempo em que a classe docente parece anestesiada, e os ventos de mudança deste ministério continuam a varrer as escolas – onde as práticas colaborativas, o trabalho reflexivo e a entreejuda parecem estar cada vez mais arredadas das “novas” unidades de gestão –, é necessário reafirmar a profissionalidade docente! Revelar aos nossos alunos que são mais do que simples números para as taxas do sucesso ou do abandono (que irão servir para a nossa avaliação!), que continuamos atentos a cada uma das suas histórias, a cada vida, que procuramos com eles construir algo melhor... ¶ Neste momento, como em muitos outros antes deste, o Sindicato tem de dar voz aos professores, às suas ansiedades e aos conflitos em que vivem; tem de reunir vontades e reforçar a unidade em torno de objectivos comuns: valorizar a profissão e melhorar a educação!

Anabela Sousa, sócia SPN nº 25.455



SPN quer dizer futuro

Quando uma organização sindical ligada ao ensino faz 25 anos, é fácil avançar frases bonitas, apontando o significado de um quarto de século ao serviço de causas justas, tendo como perspectiva central os profissionais que ajudam a construir as novas gerações e o papel da Escola na sociedade.

¶ Como jornalista que, nos últimos 20 anos, tem acompanhado a par e passo, a vida do SPN e da Fenprof, dá-me vontade de sublinhar que este Sindicato, pela sua dinâmica, pela sua coragem e pela sua frontalidade, prova que o sindicalismo é essencial nos tempos (complicados...) que estamos a viver. Às ideologias empenhadas na defesa e imposição dos modelos neoliberais, que desvalorizam a centralidade do trabalho e os direitos sociais dos cidadãos, vão-se opondo, com determinação, forças sindicais como o Sindicato dos Professores do Norte. ¶ Os escribas e os ideólogos que de

vez em quando vão teorizando sobre o fim das lutas dos trabalhadores e do sindicalismo têm um ódio de estimação pelas organizações que, como o SPN, a Fenprof e a CGTP-IN, continuam a mobilizar vontades e energias, propondo soluções alternativas, valorizando o trabalho e a intervenção dos profissionais nos múltiplos sectores do país, valorizando a Democracia e a Constituição. ¶ 25 anos depois, SPN quer dizer futuro. Por muito que isso custe aos funcionários do neoliberalismo.

José Paulo Oliveira, jornalista

Para o SPN, uma salva de palmas

O primeiro acto comemorativo do 25º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) foi um jantar na Quinta de S. Salvador, em Gaia – oportunidade de (re)encontro entre sócios e antigos e actuais dirigentes e funcionários. Para lá dos óbvios comes-e-bebes, os participantes recordaram alguns clássicos de Djavan, Chico Buarque, Caetano Veloso, Sérgio Godinho, Trovante, Jorge Palma (entre outros), em mais uma competente interpretação do jovem Rui David “ao serviço” do SPN.

O programa das comemorações completou-se com a realização de uma conferência na Fundação Engº António de Almeida e de um concerto no Coliseu do Porto. ▶



“Educação, Profissão, Sindicalismo: 25 Anos em Análise”

Sob o tema em epígrafe, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promoveu uma conferência que teve como oradores António Nóvoa (reitor da Universidade de Lisboa), Paulo Sucena (representante da Fenprof no Conselho Nacional de Educação), Alan Stoleroff (investigador do ISCTE) e o coordenador do SPN, Abel Macedo.

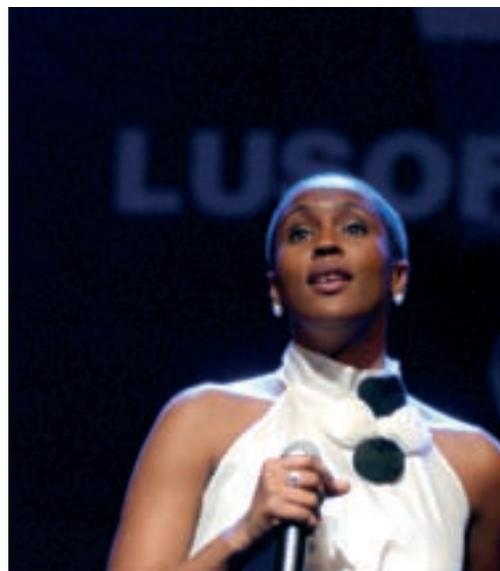
António Nóvoa denunciou o facto de a legitimidade docente estar a ser questionada, bem como o seu saber específico, e alertou para a dificuldade de expressão dos docentes na opinião pública, chamando a atenção para que a intervenção sobre educação é feita, sobretudo, por académicos e especialistas, em vez dos educadores e professores no terreno. Na oportunidade do aniversário, o reitor da



UL fez questão de oferecer à Direcção do SPN um original de “Why Teachers Need a Union” (na foto), brochura da Federação Americana de Professores, da autoria de John Dewey.

Paulo Sucena, por seu lado, realçou que a actuação dos sucessivos governos tem favorecido a burocratização da Escola, dotando-a de uma falsa autonomia e apontando para um corpo docente obediente, desqualificado e funcionarizado. Pelo contrário, defendeu, a Escola necessita de professores autónomos e solidários, que, perante novas exigências profissionais e cívicas, trilhem o caminho do diálogo e do confronto de ideias, num espírito de liberdade que evite o individualismo. Alan Stoleroff destacou a proliferação sindical docente e a diferente natureza dos sindicatos, considerando que esta diferenciação não ilude a desregulação existente no que respeita à credenciação dos profissionais da docência na inexistência de uma ordem – estrutura que habitualmente se ocupa da verificação de requisitos para essa credenciação. Não deixou, no entanto, de salientar que a profissão docente tem uma natureza muito específica, com diferentes relações de emprego nos sectores privado e público.

Finalmente, o coordenador do SPN caracterizou como negativa a pulverização sindical docente, embora realçando que a criação deste sindicato resultou de uma fragmentação positiva, na medida em que potenciou condições de discussão, reflexão e participação inexistentes na estrutura sindical então dominante (1982), que se pautava por uma grande aproximação às posições do Poder. Um ano depois, notou Abel Macedo, a criação da Fenprof proporcionaria outro nível de discussão, permitindo reforçar a afirmação e a capacidade de intervenção deste sindicato. Afirmação de tal modo marcante que, 25 anos depois, o SPN está claramente consolidado como maior organização sindical docente no Norte do país e como a segunda maior a nível nacional, logo depois do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL/Fenprof). ▶



PAULO SAMPAIO

Momento único, irrepetível

25 anos com os professores, pela educação. 25 anos vibrantes, mas lúcidos. Nunca acomodados, sempre críticos, reflexivos, intervenientes. Sempre ao lado dos professores, perseguindo um objectivo que é de todos: melhor educação e uma Escola de sucesso para todos os que por ela passam e nela trabalham.

25 anos solidários, também. Com a percepção de que a multiculturalidade é um traço marcante das sociedades actuais. A lusofonia, claro, porque lusa é a língua que enlaça os cidadãos de oito países, transformando-a numa das mais faladas no mundo.

Uma língua e muitas culturas. A lusofonia tem sons distintos, mas todos igualmente válidos, correspondendo a genuínas formas de expressão dos povos, das etnias, das heranças culturais que enriquecem a história de cada povo e cada nação.

Como ser em permanente construção, cada um de nós cresce um pouco mais quando se abre ao conhecimento de outras realidades. O Coliseu do Porto foi palco de uma convergência de sonoridades que, cruzadas, proporcionaram um momento único e irrepetível na vida de cada um de nós. Nós que tivemos a sorte de ali estar e desfrutar a grande qualidade dos músicos e cantores que encheram aquela sala na noite de 23 de Novembro. ▶

Abel Macedo,
coordenador do SPN

Um dos mais interessantes projectos artísticos, e marca de referência a nível mundial, o Cirque du Soleil esteve recentemente em Lisboa.

O sucesso registado levou esta trupe transnacional a inscrever Portugal na sua digressão do próximo ano – em Abril, chapitô vai ser montado no Passeio Marítimo de Algés, para a apresentação de “Quidam”. O que aqui se propõe é uma “excursão” ao reino das mais belas fantasias para os sócios do SPN.



Vamos ao circo?

O Cirque du Soleil nasceu, no início dos anos 80, em Baie-Saint-Paul, pequeno município próximo da cidade do Quebec (Canadá). Personagens coloridas deambulavam pelas ruas, dançando, cuspido fogo, tocando e cantando.

De então para cá, a companhia cresceu, internacionalizou-se e transformou-se num projecto transnacional que eleva o “circo” a um grau superlativo; um projecto onde não cabe a exibição de animais, mas onde, a par da acrobacia, reina o sonho e a fantasia. Para lá da componente artística, o *Circo do Sol* desenvolve, também, projectos de intervenção social direccionados para crianças e jovens em risco.

A proposta para os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) é descobrir este mundo fascinante, assistindo a uma apresentação de “Quidam” em Abril do próximo ano (dia a designar, entre 24 e 30). Para tanto, e porque a tendência é para as lotações esgotarem rapidamente, os interessados devem proceder a uma pré-inscrição, até 31 de Dezembro, através do e-mail da revista (spninfo@spn.pt). Na resposta serão indicadas as condições – tenha-se, no entanto, como referência que a entrada custará 65€ ou 95€, conforme se opte por uma cadeira “Platina” ou “Diamante VIP” (melhor localização, passe VIP, oferta de uma bebida e de um programa do espectáculo).

O universo “Quidam”

“Quidam” estreou em Abril de 1996, no Canadá, contando já com mais de 3 mil representações e de 8 milhões de espectadores em todo o mundo.

A palavra latina que dá nome ao espectáculo designa um ser solitário, anónimo. Alguém que vagueia por entre a multidão, alguém a chegar ou a partir, alguém que vive na sociedade anónima, que faz parte de uma maioria silenciosa, que se parece com a voz que, dentro de nós, grita, canta e sonha.

É este o “quidam” celebrado pelo Cirque du Soleil, através de uma viagem intensa e imaginativa que transforma um mundo alienado, anónimo, num reino de esperança e de comunicação, combinando, de forma extravagante e dramática, as artes acrobáticas, a tecnologia e a música. ▶

O calor da Terra Fria

A distância que nos separa de Bragança é maior do que a soma dos quilómetros da A4 com os do IP4. Mas não são os minutos que se gastam nestas duas vias aquilo que nos separa, é a alma: gente especial, gente boa, gente que, sendo da Terra Fria, emana uma energia enorme para lutar contra uma sociedade que teima em empurrá-la para lugar nenhum.

Um dia fecha a escola, no dia seguinte o centro de saúde, depois o tribunal. O que fica? Fica a alma dos transmontanos, que teimam em fazer força para que o país não fique a fazer um ângulo de 90° com o Atlântico. É com esta força que a Direcção do SPN/Bragança tem promovido actividades com uma regularidade assinalável, procurando criar espaços de encontro, reflexão, conhecimento e convívio entre os professores do distrito.

Tive a sorte de participar na última: visita dupla ao Museu Ibérico da Máscara e ao Museu Abade de Baçal – visita obrigatória!

Obrigado, heróis! ▶

*João Paulo Silva, Direcção do SPN
(EB2/3 de Argoncilhe, Stª Maria da Feira)*



Das escolas primárias de Salazar aos contentores de Sócrates

Não se pretende, nestas linhas, traçar um paralelo entre o rústico ditador de Santa Comba Dão e o primeiro-ministro *light* de hoje. Apenas assinalar o nascimento e o fim de um certo tipo de escola e o advento de um outro.

Nos tempos do bafiento Estado Novo, foram plantadas escolas primárias por todo o território nacional, desde a aldeia mais recôndita ao aglomerado populacional mais urbano. Nesses edifícios, além do ensino do célebre *ler, escrever e contar*, podavam-se as mentes moças, não fossem estas vir a questionar as bases e os valores do regime. A Escola era, tal como hoje e sempre, um importante instrumento ao serviço do Estado e do conceito de sociedade por este perseguido. O país era rural, os aglomerados populacionais pequenos, as mulheres domésticas e a Escola Primária cumpria o papel a ela destinado.

As transformações sociais ocorridas no chamado pós-guerra, com as obras públicas, a industrialização do país, a guerra colonial, a emigração em massa, o 25 de Abril (o marco da modernidade portuguesa), a emancipação feminina, a entrada na CEE, a desindustrialização, a terciarização da economia, o desemprego, etc., mudaram completamente Portugal. Nesta vertigem de acontecimentos, a velha Escola Primária lá se foi aguentando, com as suas cinco horas diárias, sem merecer o investimento que as transformações sociais exigiam, designadamente na requalificação do parque escolar, na generali-

zação das actividades de enriquecimento curricular, na docência coadjuvada para leccionação das expressões e do Inglês, nas equipas de apoio multidisciplinares (psicólogos, assistentes sociais, etc.), no apoio social às famílias (ATL), etc.

Mas eis que, em Março de 2005, chegam ao poder, o cidadão Pinto de Sousa, José Sócrates de sua graça, e a cidadã Maria de Lurdes, também incontestável por feito, e anunciam com solenidade um tempo novo. Um tempo com centros escolares devidamente apetrechados por todo o lado, computadores e banda larga em todas as escolas, escola a tempo inteiro e muitas coisas mais que aqui não cabem. Tão profunda e tecnológica revolução, feita ainda por cima com redução orçamental, teve vários senãos, dois dos quais – milhares de professores no desemprego e mais de duas mil EB1 encerradas (das 4.500 a abater até 2010) – já se fazem sentir.

A meio da legislatura, será justo fazer algumas perguntas:

- onde estão os prometidos centros escolares e quantos vão ser construídos até 2010?
- quantas gerações de alunos do 1º Ciclo vão sair de contentores e de EB1 sobrelotadas com horários diários de 8 horas e 30 minutos?
- quais serão as consequências na aprendizagem dos alunos oriundos de contentores ou de salas que servem de sala de aula, de cantina, de espaço desportivo, de atelier de Expressão Plástica e de sala de Educação Musical?

Torna-se pouco a pouco evidente que tudo isto não passou de um truque, pois grande parte dos centros escolares previstos nunca serão construídos. O engodo foi feito jogando com algumas aspirações justas de pais e professores, como o alargamento do horário e as turmas de ano, e com a miragem nos centros escolares devidamente apetrechados. Este truque permitiu concentrar alunos e professores para os gerir como quem gere mercadorias. Mais uma vez, com a palavra escondeu-se o pensamento.

A velha Escola Primária morreu. Inaugurou-se um novo tempo na Escola portuguesa – o tempo do Contentor. ▀

Francisco Gonçalves,

Agrupamento de Escolas de Arouca





Carta enviada ao Presidente da República

Não quero piedade, apenas dignidade e respeito!

Lídia Margarida Fuentefria de Menezes Pinheiro, professora efectiva da EB2,3 Ramalho Ortigão, no Porto, incapacitada para a função lectiva, escrevo esta carta a Vª Exª em nome pessoal, embora saiba que há cerca de dois mil professores na minha situação. Há cerca de 9 anos fui obrigada a pedir a incapacidade para a função lectiva, dada a doença que me afecta: osteoporose grave, com índices abaixo do limiar de fractura – como sou extremamente magra, tenho outros problemas de saúde e comecei com fissuras espontâneas nas costas, tive mesmo que seguir esse caminho.

Recordo-me, muito emocionada, do último ano em que dei aulas, na EB2,3 Irene Lisboa, onde me encontrava destacada, e da solidariedade dos alunos que, sabendo da minha situação, me acompanhavam e iam buscar à sala dos professores, protegendo-me dos encontrões. A eles, aqui fica a minha homenagem.

Vou fazer 60 anos em Dezembro, tenho cerca de 32 de serviço e integro o Movimento da Escola Moderna desde 1976, o que prova o meu envolvimento activo na inovação pedagógica, com sobejas provas dadas. Quando fiquei com a incapacidade, continuei a participar activamente na escola, elaborando projectos. Ainda este ano o fiz.

Tudo isto entremeado com atestados médicos, por causa das dores que me afectam e pela minha fragilidade – devido ao risco de fracturas, desloco-me sempre de táxi.

Em 21 de Novembro de 2006, fui sujeita a uma junta médica da Caixa Geral de Aposentações, pois vi-me na necessidade de pedir a reforma. A junta recusou-me, mas ainda mais grave foi a maneira humilhante como fui tratada. Revoltada, denunciei a situação à Ordem dos Médicos. Ainda aguardo resposta.

Entretanto, através do meu sindicato, pedi uma junta médica de requisição com a presença do meu médico, para dar dignidade à situação. Foi-me recusada.

Este ano, fui convocada para uma junta médica da DREN, para confirmação da minha incapacidade. Foi confirmada. Aconselharam-me a pedir a reforma por invalidez (que já me tinha sido recusada), mas traçaram-me o destino da reconversão ou reclassificação profissional...

Deram-me 15 dias para andar a bater à porta de instituições públicas que me aceitassem. Assim fiz, eu e todos os professores na minha situação. Como era óbvio, nada conseguimos, pois era de prever que essas instituições não tinham verba para pagar os nossos vencimentos – a minha junta de freguesia aceitou-me, mas viu-se forçada a recusar quando confrontada pela DREN com o meu vencimento.

Mas isto não ficaria por aqui. Em Julho, iríamos de novo para a Bolsa de Emprego Público, e lá permaneceríamos três meses. Viríamos a saber que foi suspensa e que devíamos aguardar nova legislação que sairia em breve...

A minha paciência terminou quando soube, através da Comunicação Social e do meu sindicato, que a proposta do ministério é integrar os professores incapacitados na Mobilidade Especial.

Esta proposta, Senhor Presidente, é humanamente impensável. É de uma crueldade sem nome para com os professores doentes, muitos deles no fim da sua carreira.

Saiba Vª Exª que me socorri e vou socorrer de todos os meios ao meu alcance para evitar que tal proposta se transforme em lei. Já usei os meios de comunicação social que me quiseram ajudar. E escrevo a Vª Exª para que, dentro das suas possibilidades, não permita que esta ultrapassagem aos direitos humanos se torne uma realidade que tanto pode envergonhar o país. É um apelo que faço!

Não quero piedade, apenas que me sejam restituídos a dignidade e o respeito que mereço como ser humano. É apenas isso... Tudo isso!

Eu não sou um caso isolado – somos dois mil e tal a nível nacional. Seria bom que houvesse o bom senso de olhar aos meios para atingir os fins. Ainda não é tarde! ▶

Lídia Menezes

Sou professor contratado. Como forma de expressar o meu descontentamento e indignação face à aprovação da prova de ingresso na carreira docente, envie esta carta ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e à ministra da Educação.

Eu sou professor, não sou um futuro professor!

O meu nome é Filipe Miguel da Cunha Oliveira Araújo, e sou docente contratado do grupo 230 (Matemática e Ciências da Natureza) na EB2,3 Grão Vasco, em Viseu. Comecei a leccionar no ano de 2003, e desde aí já vou no meu quinto ano de trabalho.

Nestes últimos 4 anos, sem contar com o presente ano lectivo, já leccionei todos os níveis das disciplinas de Matemática e de Ciências da Natureza, já fui Director de Turma, já leccionei no Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e em cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), no âmbito do programa Novas Oportunidades. Conto, neste momento, com 1.403 dias de serviço, até 31 de Agosto último.

Além destes dados, devo dizer que, por o meu curso ter o estágio integrado, já lido com crianças em contexto de sala de aula desde o meu segundo ano de curso, ou seja, há quase oito anos. Como vê, não tenho muitos anos de experiência no Ensino, mas já tenho alguma experiência, e de alguma variedade!

E como eu, existem muitos professores contratados. Professores que, com o final de curso, foram obrigados a leccionar onde houvesse vaga, em qualquer parte do país, e ainda no horário possível, com o respectivo vencimento. Professores que tiveram que sair da sua casa, da sua região, e viver todos os

anos em casas alugadas, sozinho ou com colegas desconhecidos. Professores que, apesar destas condicionantes, apesar desta precariedade, sempre deram o seu melhor, procurando ministrar uma educação de qualidade. Professores que, neste momento, por não possuírem 5 anos de serviço completo, vão ter que realizar uma prova que lhes possibilite a entrada na carreira docente! Uma prova que “diga” que, afinal, podem leccionar!... Mas o que é que temos feito até agora?! Muitos de nós trabalhamos há vários anos a leccionar, e não conhecemos outra profissão. Nem queremos!



ISTO É

Esta prova, além de nos fazer regredir na nossa carreira – visto não sermos futuros professores, mas sim professores em serviço efectivo há alguns anos –, desvaloriza completamente toda a nossa formação, toda a nossa experiência acumulada, todas as avaliações anuais de que fomos alvo e, ainda, todos os alunos que passaram nas nossas mãos, alunos que o Ministério da Educação nos confiou!

Venho, assim, alertar para a situação de todos os professores que já começaram a leccionar, e para quem será extremamente injusta uma prova desta natureza – uma forma de selecção para a carreira docente deverá começar nos cursos via ensino e, a haver alguma prova, deverá estar definida à partida e não, como se quer fazer, alterar as regras a “meio do jogo”.

Para finalizar, deixo apenas o desejo e a esperança de que o bom senso impere e que todo o trabalho dos professores – de todos os professores – seja valorizado!

Eu sou professor, não sou um futuro professor! Eu, e todos os que estão na minha situação, não merecemos ser sujeitos a uma prova humilhante e injusta como esta! ▶

Filipe Miguel Araújo

Vencimentos de professores contratados e técnicos especializados

A Circular Conjunta nº 2/2007, de 5 de Novembro, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação e do Gabinete de Gestão Financeiro esclarece quais os índices de vencimento a atribuir aos professores contratados colocados ao abrigo do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, ou do Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, bem como ao pessoal técnico especializado colocado ao abrigo deste último diploma.

Aos docentes contratados ao abrigo de qualquer um dos decretos-lei referidos deverá ser atribuído o índice

remuneratório correspondente à habilitação que os mesmos possuem, independentemente do grupo de docência para que forem contratados.

Assim, um professor licenciado não profissionalizado será remunerado pelo índice 126, o mesmo acontecendo se for profissionalizado com menos de um ano de serviço. Se o docente for licenciado, profissionalizado e tiver mais de um ano de serviço, o índice de vencimento será o 151.

No caso dos docentes não licenciados não profissio-

nalizados, ou profissionalizados com menos de um ano de serviço, o índice será o 89, ao passo que aos docentes não licenciados profissionalizados com mais de um ano de serviço, o índice a atribuir será o 112.

Ao pessoal técnico especializado aplica-se o referido anteriormente. Ou seja se o técnico possui uma licenciatura que constitua requisito para o exercício das funções a desempenhar, será abonado como licenciado, ou seja, pelo índice 126; se tal não for exigido, o índice de vencimento será o 89.

índice de legislação · outubro/novembro

OUTUBRO

I Série

11. Decreto-Lei 338/07

Estabelece o regime de integração em lugar do quadro de zona pedagógica dos professores de Técnicas Especiais com pelo menos 10 anos de exercício ininterrupto de funções docentes nos estabelecimentos públicos dos ensinos Básico e Secundário na dependência do Ministério da Educação.

12. Decreto-Lei 341/07

Estabelece o reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.

15. Portaria 1.362/07

Estabelece as regras que definem o modo de cálculo da classificação obtida pelos alunos oriundos do Liceu Francês Charles Lepierre quando pretendem transitar para o sistema educativo português.

24. Portaria 1.388/07

Aprova o plano de estudos conducente ao grau de licenciado em Educação Básica ministrado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

29. Decreto-Lei 357/07

Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo extintos.

31. Portaria 1.425/07

Regulamenta o plano de estudos conducente ao grau de licenciado em Línguas e Literaturas Estrangeiras ministrado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

II Série

16. Despacho 23.727/07

Delegação de competências na directora de Serviços de Administração Geral da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação.

NOVEMBRO

I Série

05. Decreto-Lei 369/07

Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respectivos estatutos.

09. Decreto-Lei 377/07

Altera a composição das juntas médicas e das comissões de verificação no âmbito da Segurança Social e uniformiza os procedimentos de verificação de incapacidades no âmbito da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social (altera os decretos-lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e nº 360/97, de 17 de Dezembro, e o Decreto Regulamentar nº 41/90, de 29 de Novembro).

19. Portaria 1.483/07

Aprova o regulamento de extensão dos contratos colectivos de trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo não superior.

20. Portaria 1.496/07

Cria o grau de licenciado em Educação Musical pelo Instituto Politécnico do Porto, através da Escola Superior de Educação.

Sindicato dos Professores do Norte

CONVOCATÓRIA

Assembleia-geral ordinária de sócios

23 de Janeiro de 2008

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 23 de Janeiro de 2008, com início às 16 horas, a realizar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das Áreas Sindicais, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação político-sindical
2. Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do SPN para 2008

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 30 de Novembro de 2007
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ruth Rodrigues

Carta a um filho de um deus menor



Já o tempo se ia habituando a navegar por mares adversos e a buscar na inquietação da noite a saída para o quotidiano das ruas da amargura.

Já o tempo se ia habituando a lamber as esquinas ao sabor das fugas que atormentavam o espírito e o corpo.

Já o tempo se ia habituando a avisar em surdina que se erguiam muros em volta dos subterrâneos da liberdade.

Já o tempo se ia habituando a entoar canções com lágrimas, como se o choro acalmasse o ódio a uma vida feia, ameaçante, sempre a rondar os confins do desespero.

Já o tempo se ia habituando!

Com outros, vieste do fundo do tempo a bordo das barcas novas.

Chegaste de mansinho, erguendo a voz com pressa de viver naquela terra assombrada.

Sentiste ao que vinhas e cantaste o mês onde começava a mágoa, dizendo que nunca poderiam ser os rostos a bater à porta do poema.

Ao vento que passava, perguntavas o que já sabias; que o vento calava a desgraça e por isso nada dizia.

Pediste uma capa negra, uma rosa negra que virasse as costas à saudade.

Fizeste-nos namorar com a menina de olhos tristes à espera do soldadinho que nunca mais havia de chegar.

Ensinaste-nos a falar com a lua viajante que nos trazia as más notícias: o soldadinho, afinal, voltava numa caixa de pinho do outro lado do mar.

Disseste-nos que eras livre como as aves, que os corações que nascem livres não se podem acorrentar, que não há ventos que não prestem nem marés que não convenham.

Pediste ao Tejo que lavasse bancos e empresas de comedores de dinheiro, palácios e vivendas, casebres e bairros de lata, porque a uns fartam e a outros matam.

Foste dizendo, cantando, avisando, até que saíste aparelhando um barco abandonado na praia num Outubro em ressaca das marés vivas, vividas.

Desses tempos tão perto, continuam a caminhar – exactamente aqui ao lado – os amigos que já partiram, os amores e os desamores, as vitórias e as derrotas, todas as causas, passadas, presentes e futuras, o mundo que quiseste mudar.

Desses tempos tão perto, continuam a caminhar – exactamente aqui ao lado – todos os sonhos, mesmo aqueles que já foram esquecidos, as utopias que parecem loucas, as alegrias e as tristezas que têm assolado este palmilhar de estrada.

Porque nos ensinaste a haver sempre alguém que resiste, sempre alguém que diz não, por teres ajudado a descobrir a saída do vale escuro, passaste a caminhar, desta vez não ao lado, mas para sempre, dentro da vida de um povo.

Fazendo-nos ao mar para que não fiquemos cercados, continuaremos, por isso, a acender no teu o nosso cigarro. ▶

Paulo Esperança

Os “pontos positivos” da escola democrática

A democratização do ensino beneficiou os jovens que dela usufruíram? Melhorou o seu destino social? Permitiu-lhes o acesso a melhores empregos e a melhores remunerações? Aumentar o número de diplomas faz sentido, tendo em conta a evolução da economia? Em plena *rentrée*, período propício aos debates sobre a Escola, o último livro de Éric Maurin – «La nouvelle question scolaire. Les bénéfices de la démocratisation» –, obteve um lugar de destaque nos meios de comunicação social franceses.

Que balanço fazer das políticas educativas do pós-guerra?

Contrariando as tendências actuais, o economista Éric Maurin demonstra que a abertura da Escola às classes médias foi positiva.

Para avaliar o interesse, para as sociedades ocidentais, em continuar, ou não, com o processo de democratização do ensino, ou seja a escolarização para todos até aos 16 anos, o autor compara os efeitos das políticas educativas escandinavas, anglo-saxónicas, chilenas, australianas e francesas.

A sua interrogação pretende determinar se, historicamente, “as crianças que beneficiaram [da democratização] conheceram destinos sociais mais invejáveis e mais justos do que se essas políticas não tivessem existido”. Maurin demonstra, com números, que as sociedades pioneiras na democratização do ensino são aquelas em que os salários das classes médias mais progrediram. A abertura democrática da escola terá, então, sido positiva.



ANA ALVIM

No seu livro denuncia dois tipos de críticas, dirigidas ao movimento de democratização do sistema educativo francês. Uma de natureza elitista, outras de influência malthusiana...

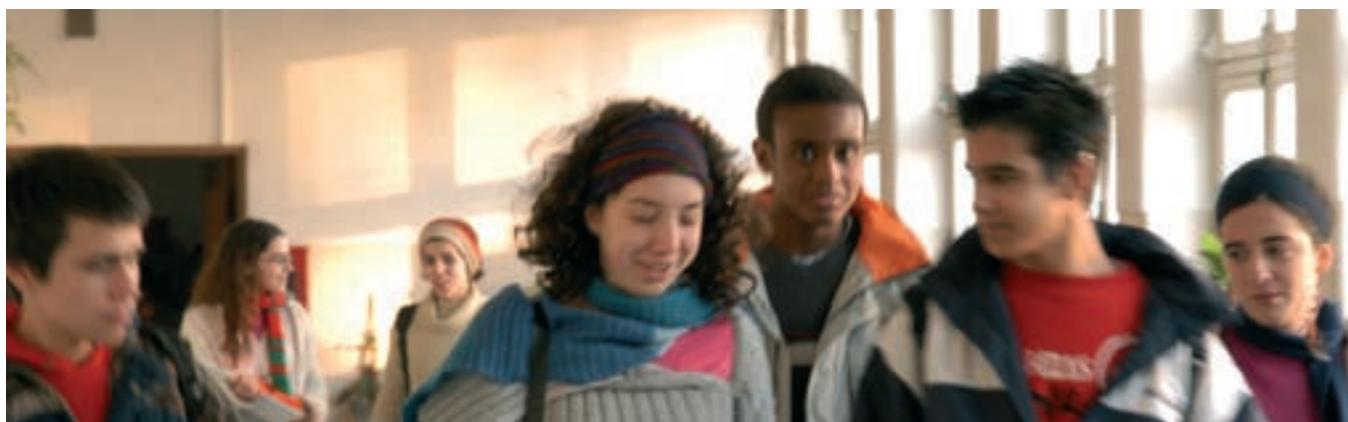
Uma primeira crítica defende que seria utópico, e até mesmo perigoso, procurar ministrar o mesmo ensino a todas as crianças até aos 16 anos. Esta ambição, argumentam, apenas pode conduzir a uma redução geral de exigências e de nível. Só uma minoria seria digna de um Ensino Secundário geral. Trata-se de uma visão fundamentalmente elitista e que existe em todos os países e em todas as épocas.

Uma segunda crítica, completamente diferente, e mais específica da França contemporânea, denuncia o divórcio existente entre as necessidades da economia e a multiplicação dos diplomas. Formar-se-iam, segundo estes críticos, demasiados diplomados em relação às necessidades do mercado de trabalho, tendo como consequência a desilusão de jovens que apostam numa formação e enfrentam, no final, o desemprego. Esta segunda crítica é de natureza malthusiana, na medida em que defende a independência entre a evolução das “necessidades” da economia e a difusão das qualificações.

Estas duas formas de cepticismo são manifestadas por pessoas politicamente diferentes. Mas tanto elitistas como *neomalthusianos* convergem numa mesma linha conservadora: seria tempo de pôr termo ao processo de democratização que tem sido, há 50 anos, o fio condutor de inúmeras políticas educativas no Ocidente. É em França que surge, com esta

conjunção de elitistas e malthusianos, o questionamento mais duro da Escola de hoje. A persistência de uma elevada taxa de desemprego entre os jovens franceses acabou por suscitar dúvidas mesmo aos mais acérrimos defensores da democratização do ensino.

Foi a virulência destes ataques à Escola que me levou a comparar os resultados dos sistemas educativos de diferentes países, em diferentes épocas, antes e depois da implementação de políticas de democratização. Deste modo, foi possível isolar os efeitos da democratização e constatar que eles são reais. Contrariamente aos discursos alarmistas, verifica-se que, tanto em França como noutros países, as gerações de crianças que beneficiaram da democratização do ensino se inserem mais facilmente na sociedade. Estas crianças tiveram acesso, na idade adulta, a carreiras profissionais de melhor qualidade, a melhores salários e a melhores empregos do que as gerações anteriores à democratização.



De que modo a experiência escandinava é particularmente representativa dos benefícios da democratização do ensino?

Foi na Suécia, na Noruega e na Finlândia que o processo de democratização foi conduzido com mais coerência e rigor. São também estes os países que fornecem mais e melhores dados para a avaliação destas reformas. A democratização da Escola nos países escandinavos, ainda que iniciada num clima político turbulento, foi introduzida gradualmente, de região em região, tendo permitido uma avaliação quase imediata dos seus benefícios.

Nos anos que se seguiram à guerra, a Escola escandinava não era menos elitista, nem menos fechada às crianças de meios modestos, do que qualquer outra Escola europeia. Só uma minoria de crianças – essencialmente as de origem social elevada – tinha acesso ao Ensino Secundário, em estabelecimentos de elite. Os alunos eram seleccionados no final da Escola Primária com base nos resultados obtidos, apenas podendo prosseguir os que apresentassem melhores resultados.

A partir dos anos 1950, os países escandinavos, com a Suécia em primeiro lugar, adoptam progressivamente o sistema da escolaridade obrigatória para todos. As portas da Escola abrem-se a um novo público: as crianças de origem modesta e muito modesta, pouco preparadas pela família para o prosseguimento de estudos prolongados.

A avaliação desta reforma mostra que o ensino obrigatório para todos permitiu uma redução das desigualdades entre crianças de meios sociais

diferentes, bem como um aumento do nível médio dos alunos. Outros exemplos poderiam ser citados. A Grã-Bretanha, por exemplo, cujo sistema funcionava também com base na selecção das crianças no fim da Escola Primária, optou, nos anos 1960, por evoluir no sentido de uma “escola única” (a mesma para todos), obrigatória até aos 16 anos.

Aqui, a reforma não foi concebida, como na Suécia, para uma avaliação imediata. No entanto, foi também gradual, não tendo todos os distritos ingleses adoptado a escola única ao mesmo tempo. Hoje constata-se, naqueles que primeiro a adoptaram, que o nível dos alunos e os seus salários à entrada no mercado de trabalho melhoraram. +

Enquanto a maioria dos países europeus adotou a escolaridade obrigatória e igual para todos, a Alemanha não renunciou à selecção precoce dos alunos. Como explica esta heterogeneidade dos sistemas escolares na Europa?

Na Alemanha, os alunos são direccionados para o Ensino Secundário em função das suas aptidões, frequentando a *Hauptschule* ou a *Realschule*, não existindo ainda ensino unificado. A divulgação dos resultados do teste PISA [Programme for International Student Assessment], que avalia internacionalmente o nível dos alunos aos 15 anos, foi um verdadeiro choque para este país. Em termos de competências escolares, a Alemanha está hoje muito atrás da maioria dos países europeus e sistematicamente atrás da França, por exemplo. Os investigadores alemães interrogam-se, agora, sobre a pertinência do seu sistema selectivo de orientação dos alunos mais fracos, para vias profissionalizantes, a partir dos 11 anos.

O abandono da selecção precoce e a democratização do ensino fazem parte de um movimento geral, promotor de mais igualdade, nas sociedades modernas. Este movimento encontra resistências em todo o lado, ainda que menos fortes nas democracias liberais do norte da Europa do que nos países da Europa central, como a Alemanha ou a Áustria.

Na Alemanha, a persistência da escola selectiva pode atribuir-se às tradições autoritárias, elitistas, dos países da Europa central. Em França, a democratização acabou por vencer, mas não sem resistências. Até ao fim dos anos 1980, uma grande parte das crianças francesas continuava ainda a ser orientada para o ensino técnico no final da Escola Primária. Os anos de unificação da escola em França foram aqueles em que as taxas de retenção explodiram. Os novos públicos, claramente menos preparados pelo meio familiar para o prosseguimento de estudos prolongados, não beneficiaram de qualquer medida para evitar o insucesso.

No entanto, uma análise minuciosa dos dados disponíveis esclarece que o destino das crianças oriundas de meios desfavorecidos melhorou. O benefício é particularmente visível nas gerações nascidas entre meados dos anos 1960 e 1970. Os filhos de operários e de agricultores conheceram um destino social incomparavelmente melhor do que aquele que teriam tido se o Ensino Secundário lhes tivesse sido vedado.

Estou convencido que, em muitos países, a violência do debate sobre a democratização advém da dificuldade em estabelecer o balanço entre os efeitos positivos sobre os alunos e os efeitos deprimentes sobre os professores e até sobre as classes sociais mais favorecidas, confrontadas de repente com uma forte concorrência.

Diz que, em França, as novas gerações de professores são mais cépticas em relação aos benefícios da democratização do ensino. Como o explica?

A França distingue-se nitidamente dos outros grandes países desenvolvidos no que se refere à forma de recrutamento dos professores. Os concursos valorizam essencialmente a excelência académica, em detrimento do interesse pelo ensino e das capacidades para ensinar. A diferença que existe entre o nível dos professores e o nível das classes que encontram, sobretudo em início de carreira, explica em grande parte a desilusão dos professores.

Outras lógicas de recrutamento e de formação são possíveis. Nos países do norte da Europa, por exemplo, não há concursos. Qualquer pessoa com diploma de professor pode exercer a profissão desde que encontre uma escola que o recrute. De certa forma, só permanecerão aqueles que derem provas no terreno...



ISTO É

No livro «L'inflation scolaire. Les désillusions de la méritocratie» (Seuil, 2006), a socióloga Marie Duru-Bellat interroga-se sobre se o aumento de 60% para 80% de *bacheliers* [conclusão do 12º ano de escolaridade] teria ainda alguma influência sobre o crescimento, a partir do momento em que se atingiu um determinado nível. Serão as necessidades económicas indefinidamente extensíveis?

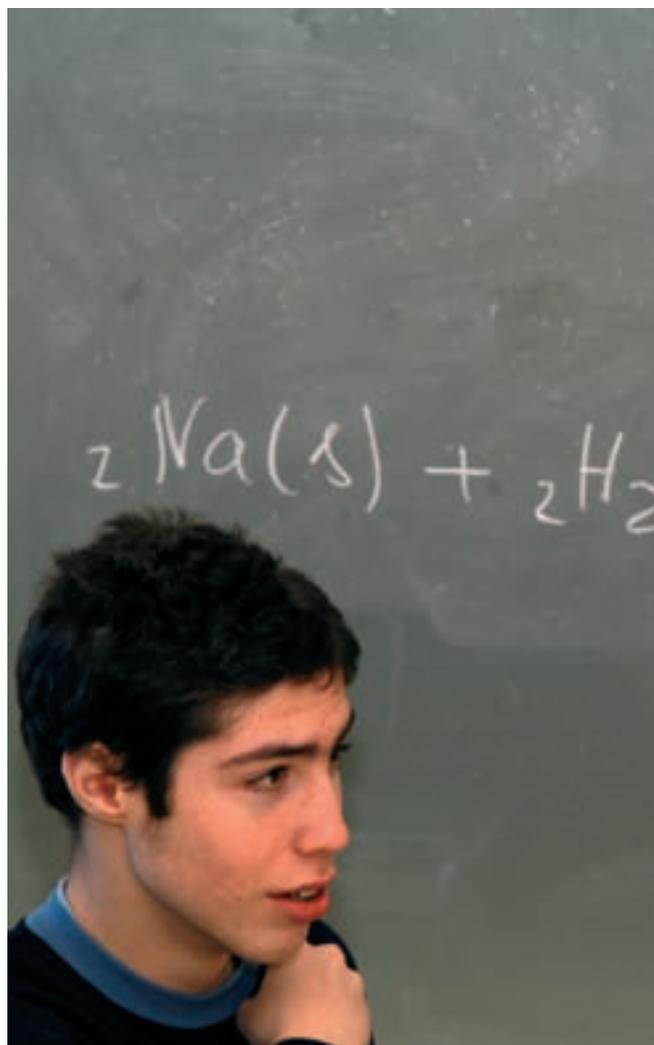
Há já vários anos que se verifica uma grande afluência de diplomados ao mercado de trabalho. Se as necessidades da economia fossem constantes, este facto deveria provocar uma erosão dos seus salários e dos seus estatutos. Ora, tal não se verifica, nem em França, nem noutros países.

A economia não é estática; está, antes, em perpétua renovação, em parte sob o efeito do nível geral da população. O mercado de trabalho não evolui independentemente do nível de formação das gerações que se vão sucedendo. Há hoje entre 35% e 40% de diplomados do Ensino Superior e é evidente que se, no próximo ano, o número aumentar em 5% estes jovens também encontrarão um emprego. É preciso não esquecer que os países ocidentais estão a passar por um período de profundas mudanças tecnológicas. As tecnologias fazem caducar, nas empresas, um número crescente de empregos pouco qualificados, ou seja aqueles cujo exercício apenas exige a repetição de tarefas. As tecnologias são cada vez mais complementares do indivíduo, cuja actividade não é programável antecipadamente e a quem se pede que combine ideias, que interaja...

O capital humano transforma as empresas em seu favor. Parece-me evidente que o mundo evolui em benefício dos mais diplomados. ▶

Florence Mottot

(tradução de Helena Miranda)



ISTO É



ÉRIC MAURIN. Doutorado em economia, é investigador no Grecsta/CNRS (Grupo de Investigação em Economia e Estatística do Centro Nacional de Investigação Científica). É autor de vários artigos sobre emprego e políticas sociais. Publicou, nomeadamente, «L'Égalité des Possibles. La Nouvelle Société Française» e «Le Ghetto Français. Enquête sur le Séparatisme Social», onde analisa as tendências segregadoras da sociedade francesa. Recentemente, publicou «La Nouvelle Question Scolaire. Les Bénéfices de la Démocratisation». “Les ‘bons points’ de l'école démocratique” foi publicado na revista francesa «Sciences Humaines» nº 187 (Novembro/2007).



HENRIQUE BORGES

“Crianças de Meio Rural: as mãos na terra e os olhos no futuro”

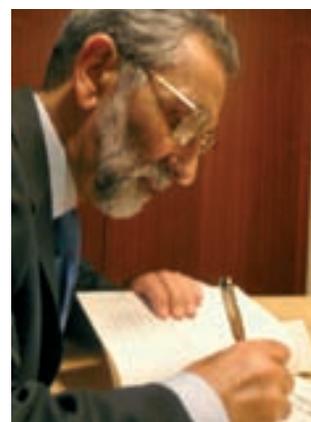
A sede do SPN em Viana do Castelo foi palco para a apresentação de um livro de Rui Pedro Rodrigues Palma da Silva. Integrado numa linha da Sociologia que reconhece à criança o papel de sujeito construtor da sua própria identidade, Rui Pedro Silva tenta perceber de que modo, no meio rural português, os contextos familiar, escolar e laboral influenciam a persistência de certos modelos sócio-culturais relativos ao mundo do trabalho e das profissões, em crianças com idades compreendidas entre 5 e 11 anos do concelho de Ponte de Lima.

Membro da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Rui Pedro Silva é professor do 1º Ciclo do Ensino Básico, com 19 anos de experiência quase exclusivamente em escolas de meio rural. É, também, investigador associado do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), da Universidade do Minho, onde apresentou dissertação de mestrado em Sociologia da Infância sobre o tema em título (Profedições, Julho/2007). ▶

“Amanheceste em mim pelo poente”

Amar o verbo amar é demasia. Basta amar quanto baste. A vida, o mar e a maresia. As estrelas, o céu e a imensidão. Amar o homem na sua exactidão. Nos gestos menores o dia-a-dia. Na sua breve alegria fugidia. No seu longo penar de lenta agonia.

A Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos, foi palco para o lançamento de «Amanheceste em mim pelo poente», primeiro livro da autoria de José Custódio Almeida da Silva, com ilustrações de Alberto Péssimo (Editorial Moura Pinto). Antigo dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e mestre em Literatura e Cultura Portuguesas – Época Moderna pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Almeida da Silva ensinou Francês e Português em várias escolas, tendo concluído o seu percurso profissional na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto. Foi, ainda, professor no Instituto Superior da Maia e orientador de estágio pedagógico da disciplina de Português da FLUP. José Custódio Almeida da Silva tem poesia publicada em várias revistas, integrou a antologia «Noites de Poesia em Vermoim» (1999-2004) e obteve alguns prémios em concursos poéticos. ▶





Libélulas, libelinhas e outras criaturinhas

“Libélulas e Libelinhas”, espécies que na infância são brindadas com o epíteto nada louvável de “tira-olhos”, são o mote para uma mostra fotográfica que estará patente no Visionarium até ao final de Dezembro.

A exposição, da autoria de Aires Pires, integra mais de 70 quadros fotográficos e é bem demonstrativa da diversidade destes insectos, combinando a vertente científica com uma dimensão estética associada à beleza das cores dos exemplares capturados.

De entre várias curiosidades que as libélulas e as libelinhas suscitam, pode referir-se que não possuem capacidade de picar ou morder, uma vez que as suas mandíbulas estão adaptadas à mastigação. Por outro lado, são tidas como muito úteis, devido ao facto de se alimentarem de moscas e mosquitos, exercendo um controlo directo sobre as populações destes insectos, prestando assim um serviço importante ao Homem.

Quando em estado adulto, possuem uma visão muito apurada, característica que lhes permite serem excelentes caçadoras – os seus olhos revestem-se de uma estrutura complexa, sendo constituídos por milhares de facetas (até 30 mil), o que lhes proporciona um campo visual de 360 graus.

Além de libélulas e libelinhas, na exposição também estão retratados répteis, anfíbios e borboletas. E para saber mais sobre estes curiosos seres vivos, basta um ‘bater de asas’ até ao Centro de Ciência do Europarque – a propósito, os voos das espécies mais rápidas podem atingir os 85 Km/h... ▶

Informações: Visionarium Centro de Ciência do Europarque
4520-153 Santa Maria da Feira · 256 370 607/9 | info.visionarium@aeportugal.pt



Um mergulho no sangue

Porque é que o sangue é vermelho?

A pergunta é apenas uma das muitas a que a exposição interactiva “A Água no Corpo Humano: Sangue” dá resposta. Organizada em parceria pelo Centro Ciência Viva de Vila do Conde (onde está patente), pelo Laboratório Associado IBMC-INEB (dos institutos de Biologia Molecular e Celular e de Engenharia Biomédica) e pelo Instituto Português do Sangue (IPS), a mostra procura ir ao encontro de dúvidas manifestadas por alunos de diversos graus de ensino, quando questionados sobre o que gostariam de saber sobre o sangue.

As respostas surgem em módulos interactivos, sob o desafio de circular num vaso sanguíneo e experimentar viajar lado a lado com glóbulos vermelhos e brancos, plaquetas e água, para conhecer a acção dos “primeiros socorros” que nos acompanham ou brincar com a herança genética. Experimentar deslizar na corrente que percorre e alimenta o organismo, num vaivém de trocas com as células da grande máquina que é o corpo humano, e deixar-se levar até ao cerne do mecanismo – o coração. E escutar o batimento cardíaco humano, mas também o do macaco, do hamster ou do beija-flor. Desde o lançamento da ideia até à sua concretização decorreram três anos, envolvendo equipas multidisciplinares de investigadores, médicos, comunicadores de ciência, engenheiros e professores.

A exposição, que pode ser visitada por grupos escolares, é dirigida a todos os graus de ensino e ao público em geral, tendo como objectivo promover uma melhoria da literacia científica e tecnológica da comunidade, em particular da população jovem. ▶

Informações: Centro Ciência Viva Av. Bernardino Machado, 96
4480-657 Vila do Conde · 252 633 383 | info@viladoconde.cienciaviva.pt

Olimpíadas de Biotecnologia

A Sociedade Portuguesa de Biotecnologia e a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa estão a promover a organização conjunta das III Olimpíadas de Biotecnologia, dirigidas a alunos do Ensino Secundário.

As inscrições decorrem até 31 de Dezembro, realizando-se a primeira eliminatória no dia 13 de Fevereiro do próximo ano. A segunda eliminatória terá lugar a 9 de Abril e a final nacional está prevista para 12 de Maio, na Escola Superior de Biotecnologia (Porto).

Mais informações podem ser obtidas em <http://www.esb.ucp.pt/olimpiadasbio>. ▶



Teatro do Bolhão estreou “A Noite da Iguana” no Maria Matos

Pela segunda vez, a ACE/Teatro do Bolhão, com sede no Porto, estreou um espectáculo em Lisboa, numa estratégia de co-produção com instituições da capital que tem como objectivo dar maior visibilidade ao seu trabalho, rompendo o contexto de desertificação e isolamento cultural a que o Porto está actualmente votado.

Em “A Noite da Iguana”, os universos densos e obscuros de Tennessee Williams são potenciados pelo local da acção – algures na escaldante atmosfera tropical mexicana, refugiado num motel barato, um reverendo despadrado, transformado em guia turístico, afundado no álcool e física e mentalmente debilitado, procura expiar os seus pecados para uma purificação que lhe permita voltar ao púlpito.

O encontro fortuito com uma jovem desenhadora, estabelece um clima de confiança e troca de experiências em que o fascínio inicial da diferença rapidamente se transforma em identificação...

Com encenação de João Paulo Costa e cenografia de Paulo Oliveira, “A Noite da Iguana” tem no elenco António Capelo, Estrela Novais, José Pinto e Sandra Salomé, entre outros.

A apresentação deste emblemático texto pelo Teatro do Bolhão integra um ciclo de espectáculos de forte pendor realista, a partir de obras paradigmáticas do teatro contemporâneo. O ciclo incluiu “Quem Tem Medo de Virgínia Woolf?”, de Edward Albee, estando prevista para 2008 a estreia nacional de “A Ronda Nocturna”, de Lars Norén. ▶

“A Noite da Iguana”

28/Novembro - 9/Dezembro

4ª Feira a Sábado, 21h30; Domingo, 16h

Auditório ACE/Teatro do Bolhão

Praça Coronel Pacheco, nº 1 - Porto

222 089 007 | teatrodobolhao@ace-tb.com

Os sócios do SPN beneficiam de 50% de desconto



Portugal-Suécia, o mesmo sol

Haverá algo de comum entre o fado e a polska sueca? À primeira vista, talvez ninguém diga que sim. Desde logo, se o fado é eminentemente “audível” – embora haja quem defenda que é muito dançável, e o recém-estreado filme de Carlos Saura comprova-o –, a spelmansmusik puxa quase de imediato o pé para o baile. No entanto, para Dan Lundberg (director do Swedish Center for Research in Folk Music and Jazz), há uma chave comum para estas duas linguagens aparentemente opostas – a saudade. A saudade está sempre presente no fado, mas também faz parte da música sueca, ainda que os suecos não tenham uma palavra para ela.

Vem isto a propósito do CD recentemente editado pelo Stockholm Lisboa Project (“Sol”, distribuído em Portugal pela Ocarina), onde três músicos portugueses e um sueco exploram pontos de encontro entre as respectivas tradições musicais.

Tudo começou em 2000, quando Sérgio Crisóstomo e Simon Stålspets se conheceram em França, num encontro europeu de música tradicional, onde lhes foi pedido que trabalhassem arranjos do seu repertório tradicional com músicos de outros países. O resultado foi um CD experimental, alguns concertos em França e o prolongamento dos contactos, trocando ideias para a criação de um projecto de duo. Mais tarde, em 2005, convidaram Luís para formar um trio e, finalmente, em 2006, com a entrada de Liana, o grupo ficou com a sua formação actual.

A “consequência” deste percurso está agora nos escaparates das discotecas, com a surpreendente voz de Liana (duas vezes vencedora da Grande Noite do Fado), a mandola nórdica (Simon Stålspets), o bandolim (Luís Peixoto) e o violino (Sérgio Crisóstomo) a combinarem de forma única e às vezes intensa.

E se portugueses e suecos até podem não se entender com a saudade, o mesmo não acontecerá com “Sol”. Porque o sol quando nasce, nasce em sueco e português. Dizem os dicionários... ▶

A.B.

Tempo de afirmar a cidadania

Quando o Sindicato dos Professores do Norte foi criado, eu não era professor. O primeiro contacto aconteceu, ainda no Magistério Primário do Porto (do Bento e do Felizes), quando a Associação de Estudantes, de que fazia parte, entendeu solicitar uma sessão para esclarecimento de questões sócio-profissionais que a iminência de entrar na vida activa nos suscitava.

Não recordo exactamente quais os dirigentes que lá foram, mas eram 2 ou 3 dos que ainda hoje estão no activo, e daí resultou um convite para participarmos na I Conferência Nacional do 1º CEB, que a Fenprof realizou na Figueira da Foz. Fui eu e o Rogério, que também cá continuamos, e imediatamente percebemos que a nossa segurança profissional e a defesa dos nossos interesses passavam por “ali”. Aquelas eram as nossas vontades; ali estava a nossa força.

Assim, foi com naturalidade que logo no primeiro ano de serviço – mal saí da Direcção Escolar de Setúbal, com colocação obtida numa distante e isolada herdade de Águas de Moura – a primeira coisa que fiz como professor foi sindicalizar-me. No SPGL. Para mim, contrariamente aos que apregoam o fim do tempo dos sindicatos (como já o disseram das ideologias), sempre foi tempo de sindicato; o sindicato sempre foi uma realidade identitária.

O tempo dos sindicatos é intemporal. O tempo dos sindicatos é o tempo dos trabalhadores; é o tempo do trabalho como um direito e com direitos; é o tempo do trabalho como afirmação de cidadania, tanto dos trabalhadores como dos empregadores.

O tempo dos sindicatos foi ontem, é hoje e será amanhã – sobretudo quando se acentua o fosso entre os cada vez menos que acumulam cada vez mais e os cada vez mais que vivem com cada vez menos. O tempo dos sindicatos é, por isso, o tempo da justiça social.

Aquando da sucessão de Tony Blair no Partido Trabalhista inglês, recordo-me de ter ouvido um debate radiofónico em que um comentador referia o afastamento dos sindicalistas da vida partidária como factor de “sucesso” na liderança de Blair. Por cá, a engenharia governamental de Sócrates, mais papista do que o papa, revela uma desenfreada vontade de obstruir a actividade sindical e de excluir os sindicatos do debate e da cena política. Se a isto juntarmos uma reforma eleitoral, conluiada por PS e PSD, que parece tender a beneficiar o “bloco central”, em detrimento dos partidos com menor expressão e dos movimentos de cidadãos, limitando cada vez mais a diferença de pensamento e o exercício das oposições, aí teremos via aberta para um “totalitarismo democrático”.

Mas em democracia não há políticas sustentáveis sem o concurso dos trabalhadores. E isso só é possível através da participação dos sindicatos, queiram os mandantes ou não. Se não o entenderem em prazo útil, irão com certeza entendê-lo quando o tempo já lhes for curto.

Porque o tempo será, definitivamente, dos cidadãos e de afirmação da cidadania. ▀

António Baldaia



Na passagem do 25º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte, a Direcção e a «SPN-Informação» saúdam todos os educadores e professores, desejando-lhes **Boas Festas** e renovando o compromisso de continuar a trabalhar para que o SPN seja cada vez mais a força e a vontade dos professores do Norte. Com eles, pela Educação!



a abrir
02. Porquê avaliar na Educação de Infância?

editorial
03. A luta, necessariamente

acção reivindicativa

Milhares de escolas encerradas e centenas de milhar de alunos sem aulas – mais de um milhão se contabilizados os que não tiveram todas as aulas. A Fenprof considera que a greve de 30 de Novembro foi uma das maiores de sempre realizadas pelos professores no âmbito da Administração Pública.

- 05. Mais uma expressiva paralisação nas escolas**
- 06. Educadores e professores aposentados: enfeitados e explorados**
- 07. Desempregados e contratados: precariedade agravada**
- 08. Estatuto do Aluno: PS teima em governar contra tudo e contra todos**

destaque

O SPN completou 25 anos de existência. Um caminho percorrido palmo a palmo, feito de adversidades, mas também de momentos exaltantes. Um quarto de século faz-nos meditar sobre a passagem do tempo e nas marcas que deixou. Mas, sobretudo, permite-nos acreditar que o SPN continuará a representar a força e vontade dos professores.

- 12. Uma força de confiança | Um projecto que continua válido**
- 13. Chamar e mobilizar os mais jovens | Capacidade de trabalho e de intervenção | Os tempos mudaram...**
- 14. Valeu a pena! | Reforçar a importância do SPN | Aqui aprendi e aprendo**
- 15. Sindicato solidário, interveniente e combativo | Sindicalismo de porta aberta | SPN quer dizer futuro**
- 16. “Educação, Profissão, Sindicalismo: 25 Anos em Análise”**
- 17. Momento único, irrepetível**

notícias spn

- 18. Vamos ao circo? | O calor da Terra Fria**

opinião

- 19. Das escolas primárias de Salazar aos contentores de Sócrates**

correio dos leitores

- 20. Não quero piedade, apenas dignidade e respeito!**
- 21. Eu sou professor, não sou um futuro professor!**

narrativas

- 23. Carta a um filho de um deus menor**

em foco

A democratização do ensino beneficiou os jovens que dela usufruíram? Melhorou o seu destino social? Permitiu-lhes o acesso a melhores empregos e a melhores remunerações? Aumentar o número de diplomas faz sentido, tendo em conta a evolução da economia?

- 24. Os “pontos positivos” da escola democrática**

apostas spn

- 30. Portugal-Suécia, o mesmo Sol**

a fechar

- 31. Tempo de afirmar a cidadania**

spni

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXII · II Série · N.º 20
Novembro 2007 · 2 euros
spninfo@spn.pt